

Brasil só paga US\$ 6 bilhões

Brasília — O governo brasileiro quer reduzir o pagamento do serviço da dívida externa de 10 bilhões para 6 bilhões de dólares anuais. Para atingir este objetivo em três meses, poderá adotar medidas fortes, como uma moratória temporária. Se os credores suspenderem empréstimos ou importações de produtos do Brasil, o desenvolvimento econômico seria sustentado pelo crescimento da receita do Tesouro em Cr\$ 175 bilhões, obtidos com os aumentos de preços do último pacote.

A revelação foi feita ontem por alta fonte da área econômica e confirmada por um político ligado diretamente ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães. Segundo este pemedebista, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, teria garantido pessoalmente a Ulysses que o objetivo das medidas drásticas adotadas era possibilitar a redução do pagamento da dívida externa. Ele adiantou ainda que todos os governadores eleitos pelo PMDB foram informados desta estratégia.

Ontem, à saída de uma audiência com o ministro da Fazenda o governador eleito do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, não quis adiantar nada, dizendo apenas: "A classe média aplaudirá as medidas se o governo brasileiro adotar medidas energéticas com relação à dívida externa". O líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, foi mais claro e admitiu que o pacote econômico tem "medidas preparatórias para suspensão do pagamento da dívida externa".

A explicação dos assessores da área econômica para o pacote é simples. Por um lado, o aumento de receita sustentaria o crescimento interno da economia, independente da reação dos banqueiros estrangeiros. Por outro lado, os aumentos de preços vão provocar uma redução no consumo, não tanto dos produtos que foram readjustados, mas pela retirada de mais de 10 bilhões de dólares em circulação na economia. Uma redução de demanda vinha sendo recomendada pelos economistas mais ortodoxos e, junto com uma perda de salário da classe média, deverá sensibilizar os credores internacionais, evitando retaliações pesadas.

A parcela que deixasse de ser remetida ao exterior poderia ser empregada no financiamento da produção interna. Os economistas do governo, porém, não apostam muito nesta possibilidade porque esperam uma queda nas exportações brasileiras, tanto em função da reativação do mercado interno, como por possíveis suspensões de compras dos países credores, em represália.

Existe ainda uma outra forte razão econômica para que o governo queira reduzir a remessa de dólares: não existe expectativa de recuperação do superávit da balança comercial aos níveis do primeiro semestre deste ano, que chegavam a mais de um bilhão de dólares mensais. "Só se retoma estes níveis de superávit com recessão, o que não é aceito," disse.

Segundo esta fonte, os 30 dias entre o fim de outubro e o anúncio do pacote econômico — quando foram adotadas as mini-desvalorizações cambiais — registraram déficit na balança comercial. Ou seja, importamos mais do que exportamos e esta queda repentina é inédita na história econômica. No governo, a explicação para o fato está nos boatos de uma maxidesvalorização.

— A expectativa de que o Plano Cruzado provocaria a transferência de capital do mercado financeiro para o setor produtivo não aconteceu. Com isso, o governo foi forçado a aumentar sua fonte de recursos, para permitir a recuperação da economia — explica um assessor da área econômica.